

RBESTRevista Brasileira de
Economia Social e do Trabalho**BJSLE**Brazilian Journal of
Social and Labour Economics<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17456>

ARTIGO

Mercado de trabalho no Paraná: Impactos da reprimarização da estrutura produtiva

*Paula Cozero****Resumo**

Este artigo investiga as consequências do atual contexto econômico nacional sobre o mercado de trabalho no estado do Paraná, com atenção ao aprofundamento da subordinação político-econômica do País ao capital internacional e à tendência de reprimarização da estrutura produtiva. A partir da contextualização sobre a integração do Paraná na economia nacional e no mercado internacional são analisados indicadores sobre o mercado de trabalho paranaense na última década, considerando variações no tempo e comparações com dados da região Sul e com as médias nacionais. A análise da distribuição dos ocupados por setor econômico, posição da ocupação, categoria de emprego, entre outros indicadores, permite captar tendências como a de aumento das taxas de desocupação, subutilização da força de trabalho e informalidade, e a perpetuação das desigualdades de raça e gênero no estado, ainda que, em geral, os dados do Paraná sejam melhores que as médias nacionais.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Desigualdade regional; Dependência econômica.

JEL: E24, J01, J40, J46.

* Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4672-0890>

E-mail: cozero.paula@gmail.com



Labor market in Parana-BR:

Impacts of the reprimarization of the productive structure

Abstract

This article investigates the consequences of the current national economic context on labor market in the state of Paraná, with attention to the deepening of the political-economic subordination of the country to international capital and the tendency to reprimarize the productive structure. From the contextualization of the integration of Parana in the national economy and the international market, indicators on the labor market of Parana in the last decade are analyzed, considering variations in time and comparisons with data from the Southern region and with national averages. The analysis of the distribution of the workforce by economic sector, occupation position, employment category, among other indicators, allows us to capture trends such as increasing rates of unemployment, labor underutilization, and informality, and the perpetuation of racial and gender inequalities in the state, even though, in general, Parana's data is better than the national averages.

Keywords: Labor market; Regional inequality; Economic dependence.

Mercado de trabajo en Paraná-BR:

Impactos de la reprimarización de la estructura productiva

Resumen

Este artículo investiga las consecuencias del actual contexto económico nacional sobre el mercado de trabajo en el estado de Paraná, con atención a la profundización de la subordinación político-económica del país al capital internacional y a la tendencia a la reprimarización de la estructura productiva. A partir de la contextualización de la inserción de Paraná en la economía nacional y en el mercado internacional, se analizan indicadores sobre el mercado de trabajo paranaense en la última década, considerando variaciones en el tiempo y comparaciones con datos de la región Sur y con promedios nacionales. El análisis de la distribución de los ocupados por sector económico, posición de ocupación, categoría de empleo, entre otros indicadores, permite captar tendencias como el aumento de las tasas de desempleo, la subutilización de la fuerza de trabajo y la informalidad, y la perpetuación de las desigualdades de raza y género en el estado, aunque, en general, los datos de Paraná sean mejores que los promedios nacionales.

Palabras clave: Mercado laboral; Desigualdad regional; Dependencia económica.

Marché du travail au Paraná-BR:

Impacts de la reprimarisation de la structure productive

Résumé

Cet article étudie les conséquences du contexte économique national actuel sur le marché du travail dans l'état du Paraná, en accordant une attention particulière à l'approfondissement de la subordination politico-économique du pays au capital international et à la tendance à la reprimarisation de la structure productive. À partir de la contextualisation de l'intégration du Paraná dans l'économie nationale et dans le marché international, les indicateurs du marché du travail du Paraná au cours de la dernière décennie sont analysés, en tenant compte des variations dans le temps et des comparaisons avec les données de la région du Sud et avec les moyennes nationales. L'analyse de la répartition des personnes occupées par secteur économique, position professionnelle, catégorie d'emploi, entre autres indicateurs, nous permet de saisir des tendances telles que l'augmentation des taux de chômage, la sous-utilisation de la main-d'œuvre et l'informalité, ainsi que la perpétuation des inégalités raciales et de genre dans l'état, même si, en général, les données du Paraná sont meilleures que les moyennes nationales.

Mots-clés: Marché du travail; Inégalité régionale; Dépendance économique.

Introdução

A partir do debate sobre a integração do Paraná à economia nacional e ao mercado internacional tendo em vista os processos recentes de desindustrialização do estado e de reprimarização da pauta de exportação, em um contexto de crise econômica, este artigo tem como objetivo analisar tendências do mercado do trabalho paranaense na última década, com atenção às desigualdades perpetradas nesse campo. Para tanto, avalia, entre outras questões, a distribuição dos ocupados por setor econômico, posição da ocupação e categoria de emprego, e analisa os determinantes estruturais de raça e gênero de modo articulado à contextualização histórico-econômica da região. São examinadas variações no mercado de trabalho paranaense tendo como parâmetro de comparação os dados de outros estados da região Sul e as médias nacionais. Dessa maneira, o artigo destaca alguns elementos que contribuem para apreender peculiaridades do mercado de trabalho no estado em uma conjuntura socioeconômica desfavorável, marcada, em especial, pelo acirramento neoliberal e pelo aprofundamento da subordinação econômica e política do País ao capital internacional, principalmente desde meados da década de 2010.

Para a construção da argumentação destaca-se, como chave de análise, a questão da subordinação do desenvolvimento da economia do País às demandas colocadas pelas relações de troca internacionais, especialmente considerando as contribuições da Teoria Marxista da Dependência. Além disso, discute-se a subordinação da economia paranaense ao polo mais dinâmico da economia nacional, notadamente à economia paulista. Como indicado por Padis (1981), em certos termos, acontece dentro do espaço nacional uma reprodução das relações centro-periferia presentes na divisão internacional do trabalho, com regiões menos desenvolvidas atendendo as demandas das regiões mais desenvolvidas. Entretanto, apesar de a industrialização do Paraná também ter sido estimulada pelas necessidades de expansão da indústria de São Paulo e, especialmente, pela busca de ampliação de mercados para as corporações internacionais, as políticas públicas estatais, como a criação de bancos de desenvolvimento e incentivos fiscais, tanto no âmbito nacional e regional quanto estadual, foram fundamentais para a economia paranaense alcançar melhores patamares.

Na posição de 4º estado com maior PIB do Brasil, o Paraná, participando com 6,4% do PIB nacional, considerando dados de 2020, é o 5º em número de habitantes, com uma população de 11,5 milhões de pessoas. Geograficamente, a sua integração à dinâmica econômica nacional é marcada pelo fato de ter como vizinho o estado de São Paulo,¹ maior economia do País, e por ser “a porta de entrada” dos outros estados para a região Sul, fazendo divisa com Santa Catarina. Além disso, divide fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul e, também, com o Paraguai e a Argentina.

¹ O Paraná obteve sua emancipação política, desmembrando-se de São Paulo, em 1853.

Dentro da região Sul, o Paraná apresenta PIB próximo ao do Rio Grande do Sul, os estados costumam disputar a 4ª posição do País, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Conta com uma produção que pode ser considerada como diversificada, mas com uma importância expressiva de produtos agrícolas, especialmente quanto às exportações. Inclusive, o último período foi marcado por uma reprimarização da economia do estado (Lamoso, 2020), o que segue a tendência nacional de aprofundamento da submissão do País aos ditames do capital internacional que lhe impõe o papel de produtor e exportador de *commodities*, com aumento do peso do agronegócio na balança comercial. As modificações nas relações de produção em âmbito nacional, no último período, se deram de forma não apenas a dar continuidade, mas a aprofundar a subordinação econômica e política, o que está imbricado à posição que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho (Marini, 2000, 2011; Carleial, 2010, 2012).

Quando se considera a participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto paranaense, em 2019, 8,5% relacionava-se à agropecuária, 26,1% à indústria e 65,5% ao setor de serviços, porcentagens que ficam próximas da média da região Sul, sendo ligeiramente maiores no que se refere aos setores primário e secundário, considerando que a participação da agropecuária na economia da região, em 2019, foi de 7,8%; a da indústria de 24,8% e dos serviços de 67,3%.

A diversificação produtiva do Paraná contribui para que o PIB *per capita* seja um dos maiores do País, apesar das desigualdades regionais internas. A indústria e os serviços com maior incremento tecnológico em torno de Curitiba constroem-se paralelamente à agroindústria da região norte, à agricultura familiar presente especialmente no sudoeste, ao turismo na cidade de Foz do Iguaçu, entre outras atividades socioeconômicas (Théry, Nagy, & Nonato Junior, 2016). Essa diversidade obedece a um padrão histórico de especialização regional cuja identificação contribui para a apreensão da atual conjuntura socioeconômica do estado. Neste sentido, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), considerando as especificidades socioeconômicas e institucionais, com base especialmente no contexto da primeira metade da década de 2010, compreende que é possível reconhecer nove regiões no estado a partir de uma divisão em espacialidades de máxima, elevada, média e mínima relevância e, ainda, espacialidades socialmente críticas. Esta classificação leva em conta não apenas o desempenho econômico, mas também a infraestrutura técnico-científica, grau de escolaridade médio da população, rendimento familiar, desigualdade de renda, carência de serviços públicos essenciais, entre outros indicadores (IPARDES, 2017, p. 19).

Como espacialidade de máxima relevância econômica no território paranaense tem-se a aglomeração metropolitana de Curitiba, pelo entorno de Ponta Grossa e por

Paranaguá, região que apresenta grande diversidade produtiva e alto volume de produção de riqueza. Trata-se de uma espacialidade que participa de forma bastante integrada na divisão social do trabalho tanto nacional quanto internacionalmente (IPARDES, 2017, p. 48).

Acerca de regiões de elevada relevância, são apontadas a região do Norte-Central e a região do Oeste Paranaense. O Norte-Central é polarizado pela aglomeração de Londrina e Maringá, que conta com diversificação da matriz produtiva, mas em menor proporção que a região da capital e com as atividades agropecuárias mantendo uma participação significativa no montante da produção. Cascavel, por sua vez, coloca-se como polo do Oeste Paranaense, com um número de atividades menor que a do Norte-Central e que estão ligadas, principalmente, à produção agroindustrial. A região tem a especificidade, também, de ter uma posição fronteiriça, com a cidade de Foz do Iguaçu exercendo um papel específico na dinâmica econômica, com relevância do setor de serviços, especialmente ligados ao turismo (IPARDES, 2017, p. 49).

Como áreas de média relevância socioeconômico-institucional, o IPARDES aponta as espacialidades Centro-Oriental, a Porção Noroeste e a Porção Sudoeste, destacando-se que a região de Guarapuava é classificada, também, como de média relevância, apesar de não se conformar como uma especialidade territorial específica, por ter influência numa área menor de municípios, guardando relação especialmente com Irati e Pinhão. A região Centro-Oriental é marcada pela produção de derivados da madeira, especialmente a fabricação de celulose e papel, inclusive para exportação. No Noroeste do Estado, por sua vez, que tem como polos as cidades de Cianorte, Umuarama e Paranavaí, a indústria alimentar e a indústria têxtil são as maiores responsáveis pela dinamicidade econômica, junto com a atividade agropecuária, sendo que a presença de instituições de ensino superior e cooperativas consolidam maior relevância à região. Na Porção Sudoeste predomina a produção e transformação agropecuária com uma estrutura produtiva industrial ligada principalmente à indústria alimentar, com relevância da atividade dos frigoríficos, que coloca a região na pauta de exportação, com importância, ainda, da produção de grãos destinada à alimentação dos animais que são criados para abate (IPARDES, 2017, pp. 50-51).

O Norte Pioneiro é identificado como uma região de mínima relevância com menor capacidade de geração de emprego e renda e menor taxa de urbanização. Por fim, como espacialidades socialmente críticas, o IPARDES aponta a Porção Central e o Vale do Ribeira, que apresentam maior número de pessoas em condições de pobreza e com moradia precária, com os indicadores sociais mais críticos do Paraná (IPARDES, 2017, p. 51).

O IDH do estado do Paraná é maior que o nacional. Entretanto, entre os 399 municípios paranaenses, há muitos com IDH médio e baixo, o que evidencia as disparidades regionais. Acompanhando o crescimento do IDH do Brasil durante a década de 2000, o IDH

do estado passou de 0,650 em 2000 para 0,749 em 2010, sendo que a média do País em 2010 era de 0,724 (Nojima, 2016). Os maiores índices de IDH concentram-se nas regiões de atividade industrial, como a região metropolitana de Curitiba e o litoral, e nas regiões do agronegócio, como o oeste e o noroeste, entretanto, essas são, também, espacialidades bastante marcadas por desigualdades sociais (Théry, Nagy, & Nonato Junior, 2016).

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2021, o abastecimento de água atendia 95,7% da população total do Paraná, mas com apenas 75,5% da população total tendo acesso às redes de esgoto. Os dados do estado são melhores que a média da região Sul, que ficou, no ano de 2021, em 91,4% no atendimento com rede de água e em 48,4% no atendimento com rede de esgoto.

A maneira como se deu a ocupação do território e a inserção de cada região do estado na dinâmica econômica nacional são fatores determinantes para a definição das particularidades socioeconômicas do Paraná e de suas regiões. Além disso, há que se levar em consideração fatores relacionados à ação política direcionada do Poder Público no sentido de garantir desenvolvimento econômico e social. Com atenção a isso, o tópico a seguir traz aspectos que contextualizam a construção histórico-econômica do Paraná, o processo de industrialização do estado e a conjuntura recente de reprimarização da economia, elementos que embasam a discussão do item posterior, que examina dados recentes sobre o mercado de trabalho.

6

1. A integração subordinada do Paraná à economia nacional e ao mercado internacional

A inserção do território em que hoje se encontra o Paraná na economia capitalista faz-se atrelada à produção agrícola e às indústrias de beneficiamento desses produtos. Sua história econômica tem como marcos a produção da erva-mate, a exploração de madeira e a produção de café. O dinamismo da cultura cafeeira e a acumulação de capital daí decorrente proporcionaram, junto a outros fatores, as condições necessárias, em meados do século XX, para que houvesse um processo maior de industrialização, impulsionando também o setor de serviços (Raiher, 2021, p. 55). Vale ressaltar, entretanto, a advertência realizada por Padis sobre o fato de que a cafeicultura, ao mesmo tempo em que acelerou a transformação econômica no estado, criou obstáculos para o estabelecimento de outras atividades econômicas, principalmente de indústrias. A renda proveniente do café não necessariamente foi reinvestida na industrialização do Paraná, sendo que, no auge da produção cafeeira do estado, grande parte da demanda de produtos industrializados já era satisfeita por São Paulo (Padis, 1971, pp. 41-42).

Ao se resgatar pontos relevantes da ocupação do território paranaense, sobressai o fato de a região, entre os séculos XIX e XIX, ter servido de passagem para que o polo mais dinâmico da economia do Brasil, a região sudeste, tivesse acesso a gado criado no Rio Grande de Sul. Diversos municípios do Paraná foram formados a partir de povoados que serviam de parada para os tropeiros, que buscavam gado no sul do País para levar para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, especialmente. Mas o que conduz a economia do estado, especialmente até a década de 1940, trata-se da produção de erva-mate, de madeira e de café. No período seguinte, o café ganha ainda mais relevância e se expande pelo estado até o final da década de 1950, momento em que a produção cafeeira passa a apresentar um esgotamento do processo de expansão (Migliorini, 2006; Raiher, 2021), tanto pelo excesso de oferta, com seguidas quedas do preço internacional, quanto pela tendência à evasão da renda do café para outras localidades, devido, principalmente, à perspectiva de baixo desenvolvimento de outros investimentos no Paraná, o que se liga, como apontado por Raiher, à deficiência de infraestrutura – de comunicação, energia elétrica etc. – do estado até então (Raiher, 2021, p. 58). A produção de café dará espaço, no período seguinte, a outros produtos agrícolas, principalmente a soja.

Atualmente, a produção de soja representa um peso considerável na produção do estado. Em 2019, 21% das exportações do Paraná foram de soja e 15% de carnes de aves (Lamoso, 2020, pp. 10). O produto já representa 52,9% da área total de grãos no Brasil, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com o Paraná se colocando como o segundo maior estado produtor de soja, disputando o posto com o Rio Grande do Sul, atrás apenas do Mato Grosso.

Sobre tal questão, vale ressaltar que a relevância histórica que a atividade agropecuária desempenha para ao estado e, atualmente, o papel central que o agronegócio ocupa na produção do Paraná se dão às custas de consideráveis conflitos fundiários entre, de um lado, grandes proprietários de terras e o Poder Público, e, de outro, camponeses pobres. No início do século XX, o projeto de construção de uma ferrovia foi responsável por confrontos que desembocaram na Guerra do Contestado, que mobilizou trabalhadores rurais na região próxima à fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Outro conflito importante relacionado ao acesso à terra no Paraná trata-se da Revolta dos Posseiros, de 1957, que foi impulsionada por confrontos criados pela ação de empresas privadas instaladas para colonizar a região sudoeste do estado. Interessante pontuar ainda que, mais tarde, já na década de 1980, o estado também desempenhou um papel importante no processo de construção e consolidação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tais questões evidenciam como o lugar ocupado pelo agronegócio no estado e suas bases socioeconômicas – o latifúndio e a monocultura destinada à exportação – acarretam graves impactos socioambientais e

entrelaçam-se a tensões sociais. Esses conflitos também podem ser identificados atualmente quando se leva em conta, por exemplo, o fato de que o estado apresenta importantes cooperativas populares de produção agrícola, ligadas, especialmente, a assentamentos de reforma agrária, e, por outro lado, conta com grandes conglomerados de empresas do agronegócio que ignoram princípios básicos do cooperativismo e da economia solidária, mas se apresentam juridicamente como cooperativas.

Em diversos aspectos, é possível identificar que a inserção econômica paranaense no mercado nacional foi impulsionada pelos movimentos da economia nacional. Inicialmente, o Paraná ganha maior importância na economia brasileira, na década de 1940, devido à produção cafeeira, o que se relaciona com o contexto mais geral da economia nacional. A diversificação econômica a partir da década de 1970 também obedece a uma dinâmica de desenvolvimento nacional. Mesmo assim, iniciativas adotadas no âmbito interno do estado visando diversificar a economia e impulsionar a industrialização tiveram notável importância.

Especialmente desde a década de 1970, identifica-se uma interação maior do centro dinâmico da economia nacional, São Paulo, com outras regiões do País, entre elas, o Paraná, o que contribuiu para o processo industrializante no estado de maneira subordinada às demandas colocadas pela indústria paulista e de sua região metropolitana. Este apontamento – de que a industrialização paranaense se deu de forma complementar à estrutura produtiva da região mais desenvolvida do Brasil – faz com que se coloquem questionamentos sobre a possibilidade de um desenvolvimento mais autônomo do estado, uma vez que sua economia se adequa à dinâmica impressa por São Paulo, o que bloquearia um nível maior de liberdade das forças produtivas regionais. Havendo, em certa medida, dentro do País, uma reprodução das relações centro-periferia presentes na divisão internacional do trabalho, conforme analisado por Padis (1981). Inclusive, a região do norte paranaense historicamente relacionou-se de forma mais estreita com São Paulo, guardando um certo isolamento do restante do Paraná em especial até a década de 1960, o que fez com que muito da renda gerada na região, principalmente os excedentes da economia cafeeira, fossem captados pelo sistema bancário paulista, para além do fato de haver uma evasão mais geral da renda de todo o estado devido à compra de produtos manufaturados de São Paulo (Padis, 1981). Apesar disso, essa expansão capitalista a partir do centro dinâmico da economia nacional criou alguns estímulos tanto à produção agrícola quanto industrial, diversificou a estrutura produtiva e gerou expressivas taxas de crescimento econômico do Paraná (Trintin, 2006).

Em que pese a industrialização do estado tenha contado com esse impulso vindo “de fora”, internamente, uma política industrial mais organizada passa a ser pensada e implementada a partir de 1960. A Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), criada em 1962, ficou responsável por realizar um projeto de desenvolvimento do estado,

integrando as regiões; desenvolvendo verticalmente a indústria estadual via processo de substituição de importações e fortalecendo pequenos e médios capitais locais, além disso tinha, entre outras funções, a de cuidar da produção e distribuição de energia elétrica (Augusto, 2017). Essa atenção à política industrial potencializou a atratividade do estado ao investimento a partir dos anos 1970, quando pôde dispor de maior e melhor estrutura viária, portuária – com adequações no Porto de Paranaguá – e de energia elétrica (Trintin, 2006). Inclusive, o processo de industrialização do Paraná conta com dois grandes empreendimentos, um ao extremo leste e outro ao extremo oeste do estado. Além do Porto de Paranaguá, que apresenta um papel fundamental na posição que o estado ocupa na economia nacional e internacional, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre 1975 e 1982, em Foz do Iguaçu, realizada em parceria com o Paraguai, deu impulso à dinâmica industrial do estado.

Em 1973, o estado passa a contar também com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, o IPARDES, atualmente uma autarquia, que tem como atribuição realizar pesquisas sobre a economia estadual, elaborar projetos e fornecer apoio técnico para a formulação de políticas públicas na área econômica e social. O Instituto também coordena atividades relacionadas à informação estatística sobre a realidade do estado.

A década de 1970 representa uma virada no processo de industrialização, com estímulos proporcionados pelas políticas de desenvolvimento regional, tanto no que se refere à agricultura quanto à indústria. Há avanços no processamento da soja, inovações na indústria de papel e papelão, bem como a instalação de uma refinaria da Petrobrás na região metropolitana de Curitiba, em Araucária. Isso se deve à dinâmica econômica de espraiamento da indústria paulista, a ações tomadas no âmbito federal mediante os Planos Nacionais de Desenvolvimento, mas também a medidas adotadas pelo governo do estado para atrair capitais para o Paraná (Trintin, 2006). A consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) evidencia o esforço de atração de investimentos para o estado e representou um papel fundamental na industrialização, com a instalação de empresas de seguimentos que empregam maior tecnologia, como do ramo da metalmecânica e com estímulos à modernização de setores já existentes, como o de produtos alimentícios e da indústria química (Trintin, 2006).

Esses elementos permitem apontar os aspectos fantasiosos presentes na afirmação, algumas vezes aventada, de que o desenvolvimento econômico do Paraná e da região Sul em geral se deve à figura do “imigrante europeu empreendedor”. Entre outros fatores, a industrialização da região, como se vê, deve-se muito a políticas estatais, tanto no âmbito nacional quanto regional, abarcando a criação de bancos de desenvolvimento e incentivos por parte do estado, por exemplo.

Outro momento importante da política industrial no Paraná trata-se do final da década de 1990, em que o governo estadual, mediante concessão de incentivos fiscais e financeiros, passa a atrair capitais, tanto para a instalação de novas empresas, com destaque para a área de metalmecânica – como a Renault, instalada em 1998, e a Volkswagen, inaugurada em 2002 – quanto para a expansão de indústrias já instaladas. Com isso, houve um incremento da complexidade tecnológica da atividade produtiva, estabelecendo-se um complexo industrial mais diversificado (Trintin, 2006).²

O fato de esse avanço industrializante no Paraná ter se dado de forma tardia trouxe consequências específicas. Ao mesmo tempo que este “atraso” na industrialização causou prejuízos econômicos para a região, o estado pôde contar com a instalação de indústrias já segundo os novos padrões de produção que se colocaram como diretrizes no final do século XX, escapando, assim, de alguns dos impactos negativos que a reorganização da produção conforme parâmetros da reestruturação produtiva causou para empresas que tiveram que realizar grandes alterações em suas estruturas. Dessa maneira, no Paraná, várias empresas já se instalaram sob os ditames da reestruturação industrial, marcada, por exemplo, pela busca de um sistema de produção flexível e pela subcontratação (Carleial, 2001).

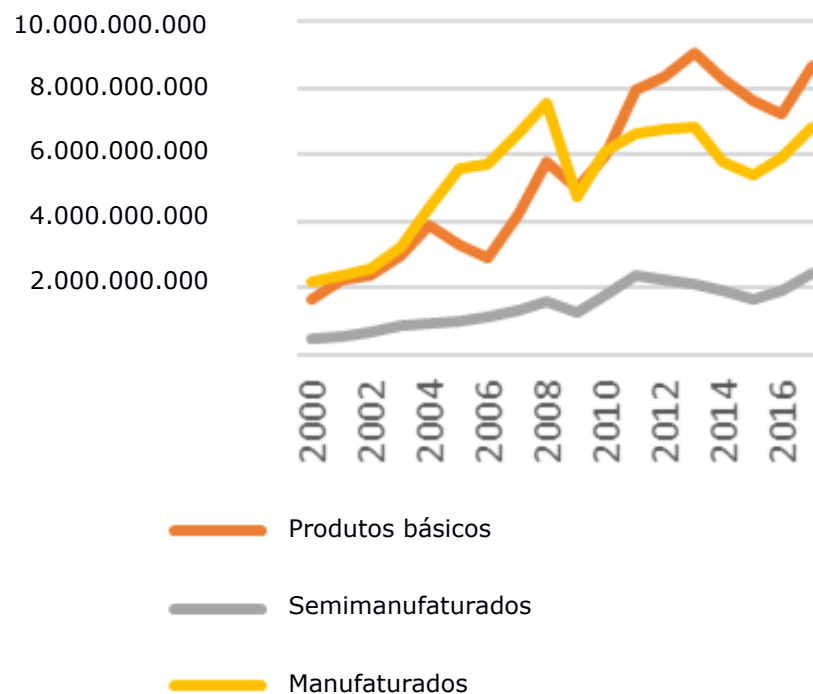
É de se frisar, entretanto, que o Brasil, de maneira geral, vem passando por um processo de desindustrialização desde a década de 1980. Essa tendência liga-se ao estabelecimento de um novo padrão exportador de especialização produtiva, de desmonte de indústrias dos países periféricos que “pressupôs o fim da industrialização como projeto de maior autonomia”, de maneira que mesmo em países como o Brasil, nos quais restaram setores importantes da indústria, essa passou a estar ainda mais submissa ao modelo exportador ligado às cadeias produtivas globais (Osório, 2012, p. 109). Esse processo desindustrializante guarda características bem diferentes daquela que vem ocorrendo nos países de capitalismo central e trata-se de uma questão relevante no que se refere à reprodução das determinantes da dependência sob a nova divisão internacional do trabalho. Os países de capitalismo central têm passado por um processo de diminuição da expressão da indústria no PIB de maneira articulada à expansão do setor de serviços, mas com uso intensivo da força de trabalho e alto grau de especialização, o que não acontece com a

² “Assim, o processo de diversificação e desenvolvimento industrial do Paraná contou desde a década de setenta com a atuação do estado que, em última instância, criou um ambiente industrial propício e que teve grande importância na década de 90, quando do novo ciclo de investimentos que se direcionaram para a economia brasileira. Em outros termos, não só os incentivos fiscais e financeiros dos anos noventa contribuíram para a realização de investimentos no estado, mas também as condições materiais existentes em termos de infraestrutura econômica; e, acima de tudo, a existência de uma indústria já complexa e relativamente diversificada e que possibilitou e potencializou o direcionamento desses capitais para o Paraná em períodos recentes” (Trintin, 2005, p. 16).

desindustrialização dos países periféricos, que se dá justamente para atender as demandas econômicas dos países centrais.

A tendência de aumento da dependência tecnológica é sentida no Paraná e ganha novos contornos no período mais recente, especialmente na segunda década do século XXI. O número de produtos primários exportados aumentou, com produtos não industriais e com baixa incorporação de progresso técnico, especialmente aqueles vinculados à soja, carne e madeira, dominando a pauta exportadora, em um processo de reprimarização da economia (Carleial, Correa, & Cardoso, 2019). O Gráfico 1 explicita este cenário.

**Gráfico 1. Evolução das exportações por fator agregado.
Paraná: 2000-2017 (em US\$ FOB).**



Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.
Extraído de L. P. Lamoso (2020, p. 19).

A análise a partir do valor adicionado bruto segundo diferentes ramos de atividades produtivas também expressa esse processo de desindustrialização, com o setor da indústria de transformação perdendo espaço na última década, conforme indicam as Tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Participação (%) dos ramos de atividades econômicas no valor adicionado bruto. Paraná: 2002-2010.

Ramos de atividades	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total das atividades	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agropecuária	11,1	12,9	11,4	9,4	8,4	8,9	10,3	8,6	9,2
Indústria	30,5	29,3	31,1	30,6	29,7	28,8	28,0	28,3	28,1
Indústrias extrativas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Indústrias de transformação	16,5	19,3	20,7	20,1	20,0	18,7	18,5	18,1	17,5
Eletricidade e gás, água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	8,2	6,1	6,4	6,5	6,2	6,0	5,3	5,2	4,8
Construção	5,6	3,8	3,8	3,7	3,3	3,9	3,9	4,9	5,6
Serviços	58,4	57,8	57,6	60,1	61,9	62,4	61,7	63,1	62,7
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	9,4	12,9	12,9	13,1	14,3	15,5	14,6	16,7	15,7
Transporte, armazenagem e correio	3,8	3,7	3,8	3,9	3,7	4,4	4,6	4,0	4,7
Alojamento e alimentação	1,6	1,3	1,1	1,1	1,6	1,9	1,4	1,1	1,5
Informação e comunicação	3,2	3,0	3,2	3,3	3,1	3,1	3,2	3,4	2,9
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5,6	5,0	4,5	5,2	5,6	5,3	5,1	4,8	5,2
Atividades imobiliárias	9,9	8,5	8,3	9,0	8,8	8,2	8,1	8,4	8,3
Atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas	4,5	5,1	5,4	4,6	4,8	5,8	6,5	5,9	6,3
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	12,6	11,5	11,3	12,6	12,9	12,0	12,2	12,4	12,3
Educação e saúde privadas	3,7	3,1	3,4	3,3	3,3	3,0	2,9	3,0	2,9
Outras atividades de serviços	4,1	3,6	3,7	3,9	3,7	3,2	3,1	3,3	3,0

Fonte: IBGE. Contas Nacionais. Elaboração: Sandro Silva (DIEESE/PR).

**Tabela 2. Participação (%) dos ramos de atividades econômicas no valor adicionado bruto.
Paraná: 2011-2019.**

Ramos de atividades	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total das atividades	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agropecuária	9,5	9,2	10,4	9,5	9,0	9,9	9,4	9,5	8,5
Indústria	28,3	26,7	26,1	25,2	25,4	25,7	25,4	24,5	26,1
Indústrias extrativas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1
Indústrias de Transformação	17,5	14,9	16,3	15,8	15,5	15,3	16,1	15,3	16,7
Eletricidade e gás, água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação	4,5	4,7	4,0	3,4	4,4	5,2	4,7	4,8	5,0
Construção	6,2	6,9	5,6	5,8	5,4	5,0	4,4	4,3	4,2
Serviços	62,2	64,1	63,5	65,3	65,6	64,4	65,2	66,0	65,5
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	15,2	15,6	15,9	16,1	15,3	14,7	14,5	14,5	14,2
Transporte, armazenagem e correio	4,7	5,1	4,5	4,6	5,1	4,9	4,4	4,7	4,5
Alojamento e alimentação	1,7	2,1	2,0	2,0	1,7	1,8	2,0	2,1	2,3
Informação e comunicação	2,6	2,4	2,6	2,7	2,7	2,4	2,6	2,7	2,8
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,9	4,9	4,5	4,7	4,6	4,9	4,5	4,4	4,5
Atividades Imobiliárias	8,2	8,4	8,9	9,2	9,2	9,2	9,3	9,3	9,4
Atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas	6,7	6,8	6,7	6,7	6,9	6,3	6,7	7,3	7,0
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	12,3	12,7	12,5	13,5	13,4	14,0	14,3	13,9	13,6
Educação e saúde privadas	2,9	3,1	3,3	3,1	3,8	3,7	4,1	4,1	4,0
Outras atividades de serviços	2,9	3,1	2,6	2,8	2,8	2,6	2,7	2,9	3,0

Fonte: IBGE. Contas Nacionais. Elaboração: Sandro Silva (DIEESE/PR).

Em 2019, a participação da indústria de transformação no valor adicionado do Paraná foi de 16,7%, patamar próximo ao de 2002, quando era de 16,5%, mas consideravelmente abaixo dos 20,7% atingido em 2004, sendo que desde tal ano o índice apresentou queda até 2016, seguida por ligeira melhoria nos anos seguintes. De toda a forma, é importante ressaltar que esta tendência de queda no peso da indústria de transformação no valor adicionado é sentida no Brasil em geral e em toda a região Sul desde 2004 e o Paraná é o estado menos afetado da região, como aponta a Tabela 3.

**Tabela 3. Participação (%) da Indústria de Transformação no valor adicionado.
Brasil, Região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: 2002-2020.**

Ano	Brasil	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
2002	14,5	19,0	16,5	23,7	18,7
2003	16,9	21,0	19,3	25,2	20,4
2004	17,8	22,8	20,7	26,9	22,5
2005	17,4	22,3	20,1	26,1	22,0
2006	16,6	21,4	20,0	25,5	20,1
2007	16,6	20,5	18,7	25,3	19,2
2008	16,5	20,6	18,5	24,9	19,9
2009	15,3	20,1	18,1	22,3	20,7
2010	15,0	19,7	17,5	22,3	20,0
2011	13,9	19,7	17,5	23,6	19,2
2012	12,6	18,1	14,9	22,7	18,2
2013	12,3	18,1	16,3	21,9	17,5
2014	12,0	17,8	15,8	22,2	16,8
2015	12,2	17,0	15,5	20,4	16,3
2016	12,5	16,5	15,3	19,0	16,1
2017	12,4	17,0	16,1	20,0	16,0
2018	12,3	16,7	15,3	19,7	16,2
2019	12,0	17,0	16,7	19,6	15,8
Variação 2019 / 2002	-17,07%	-10,46%	1,15%	-17,25%	-15,83%

Fonte: IBGE. Contas Nacionais. Elaboração: Sandro Silva (DIEESE/PR).

No mesmo sentido, dados divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que, se considerado o período entre 2009 e 2019, a participação da indústria em geral no PIB do Paraná caiu 2,3% (CNI, 2022). O contexto de diminuição do peso de produtos com maior valor agregado, que dependem de maior investimento tecnológico e científico, e, ao mesmo tempo, de uma reprimarização especialmente da pauta exportadora do estado, liga-se à conjuntura nacional de aprofundamento da subordinação econômica do País na última década.³

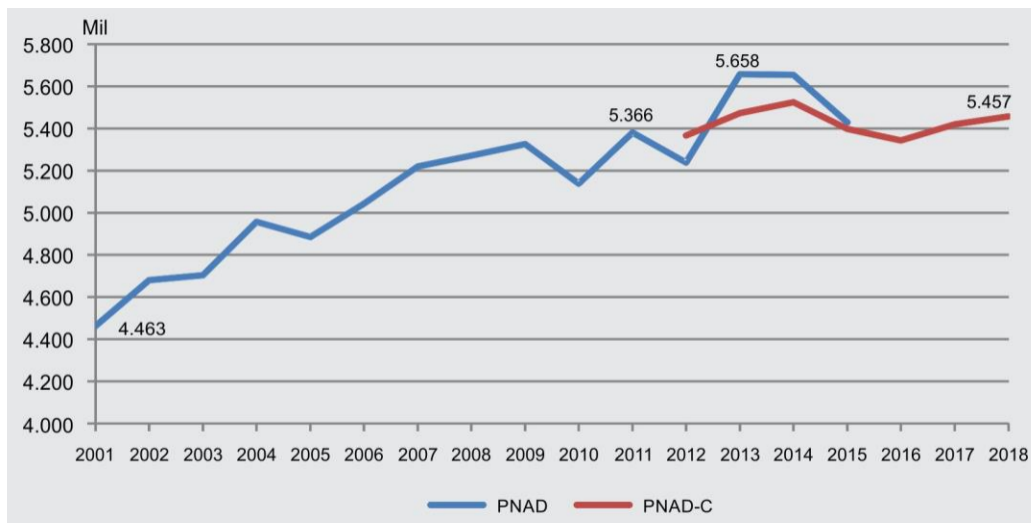
³ Vale fazer nota que, apesar do alto incremento tecnológico que a produção agrícola vem apresentando no último período no Brasil, com o estabelecimento de verdadeiras "indústrias do agronegócio e do extrativismo", o que faz com que haja aumento da produtividade do trabalho no campo, o progresso técnico atrelado a esse processo não tem como consequência necessariamente maior autonomia econômica do País, uma vez que este continua dependente de países do centro do capitalismo no que se refere à importação de produtos industriais de importância estratégica para o desenvolvimento de alguma autonomia econômica, como bens de capital e eletroeletrônicos.

Essa tendência de diminuição do papel dinamizador da indústria, especialmente a de transformação, também é sentida quando se analisa o número de empregos em cada setor da economia, conforme será discutido na seção a seguir, que trata mais especificamente sobre o mercado de trabalho paranaense.

2. Configuração do mercado de trabalho paranaense no período recente

O volume de ocupações no estado do Paraná, que vinha em uma tendência geral crescente desde o início do século – com quedas em 2010 e 2012, que foram recuperadas na sequência –, apresentou uma diminuição mais expressiva entre os anos de 2014 e 2015, seguida por ligeira melhora. O contexto acompanha a conjuntura geral da economia brasileira, que passa por uma crise desde meados da década de 2010. Tal quadro encontra-se expresso no Gráfico 2, que apresenta os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período 2001-2015, e os da PNAD Contínua para o período 2012-2018 (com a nova metodologia).

Gráfico 2. Volume de ocupações. Paraná: 2001-2018.



Fonte: IBGE. PNAD e PNAD Contínua. Extraído de IPARDES (2020, p. 13).

Notas: a) O dado para o ano de 2010 tem por fonte o Censo Demográfico.

b) Para uma aproximação com a PNAD, os dados da PNAD-C se referem ao terceiro trimestre de cada ano.

A Tabela 4, por sua vez, indica que as taxas de desocupação e de subutilização apresentaram tendência crescente no estado desde o ano de 2015, também acompanhando a conjuntura de crise da economia nacional, apenas com o ano de 2018 e de 2019 apresentando leve melhora. No ano de 2020, marcado pelo início da pandemia de covid-19,

as taxas de desocupação e subutilização dispararam. E, no segundo trimestre de 2022, os números foram piores que os do 4º trimestre de 2015, quando se considera o nível de ocupação e o rendimento médio real do trabalho.

**Tabela 4. Principais indicadores do mercado de trabalho.
Paraná: 2012-2022.**

Trimestre	PEA (em mil)	Ocupados (em mil)	Rendimento médio real habitual (R\$)	Nível de Ocupação (Ocupados / PEA)	Desocu- pados (em mil)	Taxa de desocu- pação (%)	Taxa de subutilização força trab. (%)
4º trim. 2012	8.618	5.424	2.891,00	62,9%	254	4,5%	11,8%
4º trim. 2013	8.694	5.542	3.016,00	63,7%	218	3,8%	9,1%
4º trim. 2014	8.817	5.516	3.124,00	62,6%	215	3,8%	8,7%
4º trim. 2015	8.909	5.527	2.927,00	62,0%	345	5,9%	11,3%
4º trim. 2016	9.047	5.460	2.995,00	60,4%	485	8,2%	14,7%
4º trim. 2017	9.125	5.514	2.992,00	60,4%	496	8,3%	15,9%
4º trim. 2018	9.193	5.593	3.072,00	60,8%	479	7,9%	15,9%
4º trim. 2019	9.217	5.671	3.100,00	61,5%	450	7,4%	15,8%
4º trim. 2020	9.421	5.432	3.272,00	57,7%	608	10,1%	19,3%
4º trim. 2021	9.393	5.814	2.793,00	61,9%	435	7,0%	15,1%
Varição 2021 / 2014	6,53%	5,40%	-10,60%	-1,06%	102,33%	84,21%	73,56%
2º trim. 2021	9.281	5.355	2.963,00	57,7%	532	9,0%	18,5%
2º trim. 2022	9.409	5.790	2.854,00	61,5%	374	6,1%	13,7%

Fonte: IBGE / PNAD Contínua Trimestral. Elaboração: DIEESE-PR.

Notas: a) Rendimento médio mensal dos ocupados no trabalho principal, corrido para R\$ de 2022.

b) A taxa de subutilização da força de trabalho inclui os desempregados, os desalentados e os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (é calculada como proporção da força de trabalho ampliada).

Como pode se observar, a pandemia piorou o quadro, mas o cenário que se desenhava anteriormente já era ruim. No 4º trimestre de 2019, a taxa de desocupação foi de 7,4%, quase o dobro daquela registrada nos três últimos meses de 2013 e 2014, quando 3,8% da população economicamente ativa encontrava-se desocupada. Apesar disso, as taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho no Paraná são menores que a média nacional. Enquanto no 4º trimestre de 2012, por exemplo, o estado tinha 4,5% da população desocupada e 11,8% subutilizada, os dados nacionais eram de 6,9% e 16,7%, respectivamente. No 2º trimestre de 2022, a taxa de desocupação do Brasil ficou em 9,3% e a taxa de

subutilização em 21,2%, enquanto o Paraná apresentou os índices comparativamente mais baixos, de 6,1% e 13,7%.

Uma questão a ser analisada de maneira articulada aos dados sobre desocupação refere-se aos índices de informalidade. Ciente das divergências e dificuldades em definir o trabalho informal (Krein, 2017, seção 1.3), este artigo utiliza como parâmetro para tal caracterização, a partir das categorias adotadas pelo IBGE, a soma dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores familiares auxiliares e dos empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, inclusive trabalhadores domésticos.

A Tabela 5 indica a variação do número de trabalhadores formais e informais no período entre 2012 e 2014, quando a economia brasileira estava em um período de desaceleração, mas ainda não propriamente de crise, e, também, no período entre 2015 e 2017, já marcado pela recessão e, ainda, no período de 2018 a 2020. Sobre este último período, importante fazer nota que há considerável dificuldade em apurar dados precisos sobre o aumento da informalidade no lapso de tempo que considera os anos da pandemia de covid-19, que começou em 2020. Durante a pandemia, muitos empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares auxiliares não tiveram condições de trabalhar e, assim, deixaram de ser computados nas pesquisas que cuidam de tipos de ocupação. Assim, uma leitura pouco atenta dos dados da variação entre 2018 e 2020 poderia levar a crer que houve diminuição da informalidade, quando, a análise mais contextualizada indica que a queda no número de trabalhadores sem carteira assinada, por conta própria e trabalhadores auxiliares está ligada ao fato de que muitos estavam impossibilitados de trabalhar. De toda a forma, como se observa abaixo, é importante considerar que houve queda entre 2018 e 2020 de 5,2% no número de empregados no setor privado com carteira assinada no Paraná, o que reforça que muitos trabalhadores perderam seus vínculos formais durante o período, que abarca o primeiro ano da pandemia.

17

**Tabela 5. Pessoas de 14 anos de idade ou mais segundo a posição na ocupação.
Região Sul e Paraná: 2012-2020.**

Posição na ocupação no trabalho principal	Variação (2012-2014)		Variação (2015-2017)		Variação (2018-2020)	
	SUL	PR	SUL	PR	SUL	PR
Empregado no setor privado com carteira inclusive trabalhador doméstico	5,2%	5,5%	-5,0%	-8,3%	-3,5%	-5,2%
Empregado no setor privado sem carteira inclusive trabalhador doméstico	-6,7%	-6,6%	4,9%	8,3%	-19,2%	-21,6%
Conta própria + Trabalhador auxiliar	-2,4%	-5,4%	5,7%	8,0%	0,3%	3,8%

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (microdados). Elaboração: Sandro Silva (DIEESE/PR).

O exame sobre a variação do número de trabalhadores informais indica piora do cenário após 2015. Enquanto, entre 2012 e 2014, houve, no Paraná, uma queda de 6,6% de empregados no setor privado sem carteira assinada e diminuição de 5,4% no número de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares auxiliares; no período entre 2015 e 2017, os empregados sem formalização no setor privado aumentaram em 8,3% e os trabalhadores por conta própria e trabalhadores auxiliares em 8%. No mesmo sentido, o número de empregados com carteira assinada aumentou 5,5% no estado entre 2012 e 2014; mas diminuiu 8,3% entre 2015 e 2017, indicando que o Paraná, neste período, teve uma queda na formalização de maneira mais expressiva que aquela apresentada pela região Sul de maneira geral.

Outro critério relevante a ser destacado no que se refere à caracterização do mercado de trabalho no Paraná, na última década, é a posição da ocupação de pessoas que apresentam maior qualificação profissional. A Tabela 6 indica que os ocupados com elevado grau de instrução (15 anos ou mais de estudo) estão mais suscetíveis ao trabalho informal no Paraná.

Tabela 6. Pessoas ocupadas, com 15 anos ou mais de estudo, segundo a posição na ocupação. Paraná: 2012-2019.

Posição na ocupação	2012	2014	2017	2019
Empregado no setor privado com carteira (inclusive trabalho doméstico)	299.241	325.774	337.714	414.157
Empregado no setor privado sem carteira (inclusive trabalho doméstico)	34.419	40.855	54.485	70.272
Conta própria + trabalhador familiar auxiliar	115.741	120.245	170.594	212.490
Militar, servidor público e empregador	308.272	376.239	426.370	441.355
Total das pessoas ocupadas	757.672	863.114	989.163	1.138.274
Distribuição percentual				
Empregado no setor privado com carteira (inclusive trabalho doméstico)	39,5	37,7	34,1	36,4
Empregado no setor privado sem carteira (inclusive trabalho doméstico)	4,5	4,7	5,5	6,2
Conta própria + trabalhador familiar auxiliar	15,3	13,9	17,2	18,7
Militar, servidor público e empregador	40,7	43,6	43,1	38,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (microdados). Elaboração: Sandro Silva (DIEESE/PR).

Observa-se uma tendência de esses trabalhadores com maior escolaridade estarem perdendo espaço de emprego no setor privado com carteira assinada, com diminuição de 3,1% na distribuição percentual de ocupações entre 2012 e 2019. O mesmo se observa

com o trabalho no serviço público, civil ou militar, ou como empregador, áreas em que houve diminuição, entre 2012 e 2019, de 2,1%. Ao mesmo tempo, há aumento da faixa de trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo tanto trabalhando como empregados sem carteira assinada, com ampliação de 1,7% entre 2012 e 2019, quanto por conta própria e como trabalhadores familiares auxiliares, com aumento de 3,4% na distribuição percentual de ocupações no referido período.

Quando se leva em conta os dados da evolução dos empregados formais por setor de atividade no Paraná entre os anos de 2002 e 2020, com base nos números informados na RAIS, todos os setores – extrativo mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária – apresentaram aumento no número geral de pessoas empregadas. Aumento médio foi de 70,3% no período no que se refere aos números absolutos de postos de emprego ocupados. Porém, os setores que apresentaram contratação acima da média foram a construção civil (122,7%), o comércio (92,9%) e a área de serviços (86,4%). A indústria de transformação apresentou um aumento de 61,5% nos postos de trabalho e os serviços industriais de utilidade pública 46,41%, o setor agrícola teve, por sua vez, aumento de 34,8%, valor próximo ao extrativismo mineral (31,3%). Entretanto, quando se considera a distribuição percentual de postos de trabalho em 2020, o setor que envolve agropecuária, extração vegetal, caça e pesca teve queda de 28,6% no número total de empregos comparado ao número de 2002, o que pode estar ligado ao alto incremento tecnológico da produção agrícola. Enquanto o peso do setor primário na balança comercial do Paraná nos últimos anos aumentou – como indicado no Gráfico 1, que trata da evolução das exportações por fator agregado entre os anos de 2000-2017 – o peso do setor diminuiu quando se leva em conta o percentual de distribuição de postos de trabalho.

A indústria de transformação apresentou queda de 5,2% no percentual de distribuição de empregos formais entre 2002 e 2020, no setor dos serviços industriais de utilidade pública a queda foi de 14,0%, enquanto na Administração Pública a diminuição foi de 20,8% do percentual que desempenhava no número geral de empregos do estado em 2002 – o que indica perda de peso do setor público no mercado de trabalho paranaense na última década, uma tendência que pode ser entendida de forma entrelaçada ao aprofundamento das políticas neoliberais.

Tais informações são detalhadas na Tabela 7, que traz os dados referentes ao período entre 2002 e 2020, a fim de que seja possível observar o crescimento quantitativo e as variações no peso de cada setor de atividade no conjunto do emprego formal no Paraná.

**Tabela 7. Evolução e distribuição dos empregos formais por setor de atividade.
Paraná: 2002, 2008, 2014, 2017, 2019 e 2020.**

Setor de atividade	2002	2008	2014	2017	2019	2020	Varição 2020 / 2002
1 - Extrativa mineral	4.286	5.617	6.566	5.476	5.450	5.628	31,31%
2 - Indústria de transformação	408.936	608.802	703.155	631.123	640.912	660.376	61,49%
3 - Serv. ind. utilidade pública	17.147	24.095	26.648	26.340	26.191	25.105	46,41%
4 - Construção Civil	60.408	97.194	153.709	112.180	115.678	134.519	122,68%
5 - Comércio	336.703	524.739	682.575	653.399	657.436	649.669	92,95%
6 – Serviços	568.930	747.050	1.016.213	1.016.907	1.082.726	1.060.496	86,40%
7 - Administração Pública	334.861	392.376	475.420	480.293	491.241	451.448	34,82%
8 - Agropecuária, pesca e extração vegetal	81.360	104.022	102.848	102.474	96.706	98.888	21,54%
Total	1.812.631	2.503.927	3.167.134	3.028.192	3.116.340	3.086.129	70,26%
Distribuição percentual							Varição 2020 / 2002
1 - Extrativa mineral	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	-22,87%
2 - Indústria de transformação	22,6	24,3	22,2	20,8	20,6	21,4	-5,15%
3 - Serv. ind. utilidade pública	0,9	1,0	0,8	0,9	0,8	0,8	-14,01%
4 - Construção Civil	3,3	3,9	4,9	3,7	3,7	4,4	30,79%
5 - Comércio	18,6	21,0	21,6	21,6	21,1	21,1	13,33%
6 - Serviços	31,4	29,8	32,1	33,6	34,7	34,4	9,48%
7 - Administração Pública	18,5	15,7	15,0	15,9	15,8	14,6	-20,82%
8 - Agropecuária, pesca e extração vegetal	4,5	4,2	3,2	3,4	3,1	3,2	-28,61%
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-

Fonte: MTP. RAIS.

Elaboração: Sandro Silva (DIEESE/PR)

Quando se trata especificamente da evolução do peso da indústria de transformação no emprego formal, tanto a média nacional quanto a da região Sul apresentaram queda na participação, sendo que o Paraná foi o estado que apresentou a menor diminuição no percentual em comparação com Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os dados presentes na Tabela 8 relacionam-se com as questões colocadas no tópico anterior sobre a tendência de desindustrialização e de diminuição do peso da indústria de transformação na economia, tanto da região Sul quanto do País, dialogando principalmente com os dados sobre a evolução da participação da indústria de transformação no valor adicionado (Tabela 3).

Tabela 8. Evolução da participação da Indústria de Transformação no emprego formal. Brasil, Região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: 2002-2020.

Ano	Brasil	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul
2002	18,2%	27,3%	22,6%	33,7%	27,6%
2003	18,1%	27,2%	22,9%	33,2%	27,5%
2004	18,9%	28,1%	23,8%	34,0%	28,4%
2005	18,5%	27,3%	23,5%	33,2%	27,0%
2006	18,8%	27,3%	23,7%	33,2%	26,8%
2007	18,8%	27,8%	24,6%	33,5%	27,0%
2008	18,5%	27,3%	24,3%	32,7%	26,4%
2009	17,9%	26,4%	23,5%	31,9%	25,5%
2010	17,9%	26,6%	23,7%	32,0%	25,6%
2011	17,5%	26,1%	23,2%	31,3%	25,3%
2012	17,2%	25,2%	22,4%	30,5%	24,5%
2013	16,9%	25,4%	22,8%	30,8%	24,2%
2014	16,5%	24,8%	22,2%	30,1%	23,5%
2015	15,7%	23,8%	21,1%	29,3%	22,5%
2016	15,5%	23,4%	20,6%	29,0%	22,1%
2017	15,4%	23,5%	20,8%	29,2%	21,8%
2018	15,2%	23,4%	20,6%	29,2%	21,8%
2019	15,3%	23,3%	20,6%	29,1%	21,8%
2020	15,5%	23,9%	21,4%	29,3%	22,2%

Fonte: MTP. RAIS. Elaboração: Sandro Silva (DIEESE/PR).

Outro elemento fundamental na caracterização do mercado de trabalho no último período é o rendimento médio real. As médias de salários da região Sul e especificamente do Paraná são maiores que a média nacional, tanto quando se considera a população em geral, como quando se analisa a média de rendimentos de mulheres e de homens separadamente. O rendimento mensal médio dos ocupados, de maneira geral, tinha uma tendência crescente até o final de 2014. A recessão econômica em 2015 provocou uma queda expressiva. Nos anos seguintes, houve uma lenta recuperação. No final de 2019, a média havia retornado ao nível do final de 2014 (em termos reais). De toda a forma, a crise causada pela pandemia da covid-19 causou uma queda do rendimento médio tanto nacional, quanto da região Sul e do Paraná, e apesar da recuperação econômica em 2022, no 3º trimestre ainda não havia retornado ao nível pré-crise (1º trimestre de 2020), conforme se observa na Tabela 9.

**Tabela 9. Rendimento mensal médio real habitualmente recebido no trabalho principal, por sexo (em R\$).
Brasil, Região Sul e Paraná: 2012-2022**

Trimestre	Brasil			Sul			Paraná		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
4º trim. 2012	2.579	2.892	2.130	2.851	3.270	2.279	2.856	3.272	2.279
4º trim. 2013	2.671	2.989	2.215	2.989	3.425	2.388	2.980	3.404	2.390
4º trim. 2014	2.721	3.035	2.278	3.021	3.445	2.439	3.086	3.493	2.509
4º trim. 2015	2.637	2.918	2.241	2.863	3.240	2.352	2.891	3.270	2.364
4º trim. 2016	2.649	2.922	2.270	2.920	3.288	2.427	2.958	3.316	2.475
4º trim. 2017	2.676	2.970	2.274	2.952	3.313	2.468	2.956	3.315	2.456
4º trim. 2018	2.713	3.000	2.324	2.985	3.352	2.492	3.035	3.400	2.535
4º trim. 2019	2.720	2.998	2.344	3.019	3.425	2.489	3.062	3.476	2.506
1º trim. 2020	2.759	3.051	2.361	3.002	3.384	2.491	3.036	3.426	2.496
3º trim. 2022	2.652	2.909	2.305	2.988	3.356	2.502	2.891	3.285	2.359

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração: Sandro Silva (DIEESE/PR).

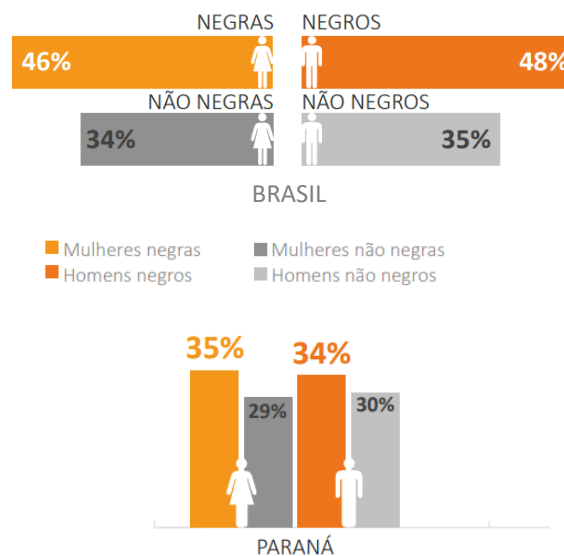
A determinante estrutural do mercado de trabalho relacionada à desigualdade de gênero apresenta-se de forma patente quando são comparados os rendimentos médios de homens e mulheres. No Paraná, o rendimento médio é maior que a média nacional e a desigualdade entre a média salarial de homens e mulheres também é maior. Nacionalmente, no 3º trimestre de 2022, mulheres receberam mensalmente R\$ 604,00 a menos que os homens (a média do rendimento delas equivalia a 79,2% da média deles), enquanto no Paraná receberam R\$ 926,00 a menos (o equivalente a 71,8%).

Quando a determinante estrutural de raça é adicionada à análise, as desigualdades permanecem, mas o estado encontra-se em uma situação menos ruim do que a média nacional no que se refere à diferença salarial. No 2º trimestre de 2022, no Brasil, pessoas negras tiveram rendimento médio de R\$ 1.968,00, enquanto as não-negras receberam R\$ 3.294,00, perfazendo uma diferença de R\$ 1.326,00 (em termos relativos, a razão entre as médias era de 59,7%). No Paraná, no mesmo período, pessoas negras receberam em média R\$ 2.154,00 e as não negras tiveram rendimento médio de 3.234,00, uma diferença de R\$ 1.080,00 (em termos relativos, a razão de 66,6%). Ressalte-se que as pessoas negras no Paraná representam cerca de 34% da população, ao passo que no Brasil, aproximadamente 55% (Dieese, 2021).

Estudo do DIEESE (2021), com base em dados da PNAD Contínua para o 2º trimestre de 2021, sistematizou informações que contextualizam as desigualdades de gênero e raça no

mercado de trabalho do País, desagregando por regiões e estados. O levantamento trabalha com o conceito de “trabalho desprotegido”, que abarca empregados sem carteira assinada, autônomos que não contribuem com a Previdência Social e trabalhadores familiares auxiliares. Considerando esse indicador sintético, 46% das mulheres negras e 48% dos homens negros encontravam-se nesta situação no Brasil, porcentagens bem maiores do que a das mulheres não negras (34%) e a dos homens não negros (35%), conforme indica o Gráfico 3.

Gráfico 3. Trabalho desprotegido. Brasil e Paraná: 2º trim. de 2021.



Fonte: IBGE. PNAD Contínua. Extraído de DIEESE (2021, pp. 1 e 6).

Quando se compara a proporção de trabalho desprotegido no Paraná com a média nacional, o estado apresenta graus de desproteção e de desigualdade relativamente menores: 35% das mulheres negras e 34% dos homens negros, contra 29% das mulheres não negras e 30% dos homens não negros, estavam ocupados sem o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários (Gráfico 3).

Outro dado relevante sobre as desigualdades de gênero e raça refere-se à subutilização da força de trabalho. A sistematização do DIEESE (2021) aponta que a taxa de subutilização no Brasil, no 2º trimestre de 2021, era de 40,9% entre as mulheres negras, 26,9% entre os homens negros, 27,7% entre as mulheres não negras e 18,5% entre os homens não negros. No mesmo período, na região Sul, a subutilização era de 26,4% entre mulheres negras, 16% entre homens negros, 18,8% entre mulheres não negras e 12% entre homens não negros. Portanto, a diferença entre a taxa de subutilização da força de trabalho

de mulheres negras e não negras no âmbito nacional era de 13,2 pontos percentuais, enquanto na região Sul a diferença era de 7,6 pontos percentuais. No mesmo sentido, quando se considera a desigualdade entre homens negros e não negros a diferença era de 8,4 pontos percentuais na média nacional e de 4 pontos percentuais na região Sul. Os dados confirmam o fato, já comentado acima, de que as desigualdades no mercado de trabalho relacionadas com a cor/raça das pessoas ocupadas são menores na região Sul (e no Paraná) do que em outras regiões do País.

Conclusão

O cenário de recessão econômica que se colocou no Brasil a partir de meados da década de 2010, combinado com o aprofundamento de políticas neoliberais, impactou negativamente o mercado do trabalho nacional e no Paraná em particular. A esse fator, alia-se o acirramento da subordinação econômica do Brasil aos ditames do capital internacional, com produtos que exigem maior incorporação de progresso técnico apresentando peso mais expressivo nas importações, ao mesmo tempo em que se reforça o papel do País como exportador de *commodities*.

Especificamente no que se refere ao Paraná, é possível identificar esse cenário de aprofundamento da subordinação econômica quando se analisa, por exemplo, a queda nas exportações de produtos manufaturados e a diminuição da participação da indústria de transformação no valor adicionado bruto do estado. No que se refere aos postos de trabalho, a indústria de transformação apresentou queda de 5,2% no percentual de distribuição de empregos formais entre 2002 e 2020. Outro dado relevante quando se discute avanço dos ditames neoliberais e da precarização do trabalho apresenta-se no fato de haver diminuição de 20,8% entre 2002 e 2020 no percentual que o trabalho na Administração Pública desempenha no número geral de vínculos formais no estado.

Interessante pontuar que a crítica quanto à perda de espaço ocupado por áreas do setor secundário que exigem maior incorporação de progresso técnico, como a indústria de transformação, convive com o diagnóstico de que o agronegócio tem se desenvolvido no País com grande investimento em tecnologia, estabelecendo “indústrias do agronegócio”. A automatização do setor agrícola pode explicar o porquê de, ao mesmo tempo em que a produção do setor primário do Paraná aumenta, o setor apresenta diminuição expressiva no percentual de distribuição de empregos formais, com queda de 28,6% entre 2002 e 2020. A dinâmica da dependência econômica expressa-se tanto na criação de obstáculos para o desenvolvimento local de pesquisa e tecnologia em áreas que podem garantir algum nível de autonomia econômica às regiões periféricas, quanto na necessidade de apropriação de

recursos naturais dessas regiões. O incremento tecnológico em áreas como mineração e agronegócio se dá de maneira a atender aos interesses do centro do capitalismo, acelerando o processo de exploração da terra e outros recursos naturais das regiões dependentes.

O foco em produtos do agronegócio para exportação, além das graves consequências que causa sobre o meio ambiente, está imbricado ao aumento da pobreza e declínio dos salários, vez que, ao se destinar precipuamente ao mercado externo, exclui a classe trabalhadora nacional como elemento dinâmico na realização da mercadoria, o que reforça o processo de transferência de valores para os países centrais (Osório, 2012, p. 109).

Outro dado importante de caracterização da piora das condições de trabalho, especialmente a partir de 2015, refere-se à informalidade. Entre 2012 e 2014 ainda houve aumento de empregos formais no setor privado e diminuição de trabalhadores informais; mas quando se analisa a variação no período imediatamente seguinte, entre 2015 e 2017, os empregos formais caíram e a informalidade aumentou no Paraná. Também aumentou, nesse período, as taxas de desocupação e de subutilização. Apesar disso, os índices do estado são melhores, no geral, que os nacionais.

Como determinantes estruturais das relações de trabalho, as desigualdades de gênero e raça também se colocam de maneira expressiva quando se analisam os dados do Paraná e da região Sul, ao se tratar de diferença de rendimento, de subutilização da força de trabalho e do que o Dieese identifica como trabalho desprotegido. No geral, a desigualdade que se expressa entre mulheres e homens e entre pessoas negras e não negras apresenta patamares menores no estado, mas ainda assim são índices expressivos. Um dado relevante é que o Paraná apresenta desigualdade maior que a nacional quando se leva em conta a diferença salarial média entre mulheres e homens. De toda a forma, de maneira geral, a estrutura racista e sexista do mercado de trabalho se expressa de maneira contundente nas três esferas: a nacional, a regional e a estadual.

Caracteriza-se, assim, o diagnóstico de um mercado de trabalho marcado pela perpetuação de desigualdade de gênero e raça, por aumento, na última década, de taxas de desocupação, subutilização e informalidade; e, também, por elementos que indicam aprofundamento da subordinação econômica ao capital internacional.

Referências

Augusto, M. H. O. (2017). *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR* (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). Editora UFPR.

Carleial, L. M. F. (2001). *Redes industriais de subcontratação: um enfoque de Sistema Nacional de Inovação*. Um estudo das indústrias eletrônica, metalmeccânica e de confecções da Região Metropolitana de Curitiba. Hucitec.

Carleial, L. M. F. (2010). Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. *Sociologias*, UFRGS, 12(25), 126–157.
<https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000300006>

Carleial, L. M. F. (2012). A divisão internacional do trabalho como categoria central de análise no pensamento de Ruy Mauro Marini. In L. S. Neves (Org.), *Desenvolvimento e dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*. (vol. 1, pp. 07-17). Editora CRV.

Carleial, L. M. F., Correa, V. P., & Cardozo, S. A. (2019). O que houve com a indústria do Centro-Sul brasileiro? In J. S. Gabrielli de Azevedo, & M. Pochmann (Orgs.), *Brasil: incertezas e submissão?* (pp. 315-337). Fundação Perseu Abramo.

Confederação Nacional da Indústria (CNI) *Perfil da Indústria no Brasil*.
<https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/ranking?cat=11&id=3559>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2021). *Inserção da população negra no mercado de trabalho (Brasil e regiões)*. DIEESE.
<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.html>

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2017). *As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015*. [Estudo “Os vários Paranas”]. <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Edicao-2017>

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2020). *Paraná em perspectiva*. <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/IPARDES-lanca-estudo-sobre-o-Parana>

Krein, A. E. B. (2017) *Relações formais e informais de trabalho nos governos Lula e Dilma por uma perspectiva de gênero e raça*. [Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais], Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.
<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497055>

Lamoso, L. P. (2020). Reprimarização no território brasileiro. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, 9(19), 1–30.
<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.15957>

Marini, R. M. (2000). Processo e tendências da globalização capitalista. In E. Sader (Org.), *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Vozes; Clacso.

Marini, R. M. (2011). Dialética da dependência. In R. Traspadini, & J. P. Stedile (Orgs.), *Ruy Mauro Marini: vida e obra* (pp. 131-185). Expressão Popular.

Migliorini, S. M. S. (2006). Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. *Revista Eletrônica Geografar*, 1(1), 62–80. <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/6843/4859>

Nojima, D. (2016). As cooperativas agrícolas e o desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses: conjecturas a partir do IDHM. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 37(130), 45–62. <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/811/1001>

Osório, J. (2012). América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In C. Ferreira, J. Osório, & M. Luce (Org.), *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência* (pp. 37-86). Boitempo.

Padis, P. C. (1971) O Paraná: uma visão de conjunto. *Revista de Administração de Empresas*, Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 11(1), 35-50. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/40314/39047>

Padis, P. C. (1981). *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. Hucitec.

Raiher, A. P. (2021) Desenvolvimento industrial do Paraná e Programa Paraná Competitivo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 42(140), 55-70. <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/download/1167/1236>

Théry, H., Nangy, A., & Nonato Júnior, R. (2016). O Paraná no Brasil: uma contextualização em treze imagens (e meia). *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, (27). <https://doi.org/10.4000/confins.10818>

Trintin, J. G. (2005). História e desenvolvimento da economia paranaense: da década de trinta a meados da década de noventa do século XX. [Anais, Segundas Jornadas de História Regional Comparadas], Porto Alegre.

Trintin, J. G. (2006). *A nova economia paranaense: 1970-2000*. Eduem.

Recebido em 10 de dezembro de 2022.

Revisado em 13 de março de 2023.

Aprovado em 15 de abril de 2023.